

**SEDE:**

LUGAR NOVO, RUA DA LINHA FÉRREA Nº10  
4700-711 PALMEIRA, BRAGA

**ESCRITÓRIO:**

RUA BELO HORIZONTE  
4700-683 PALMEIRA

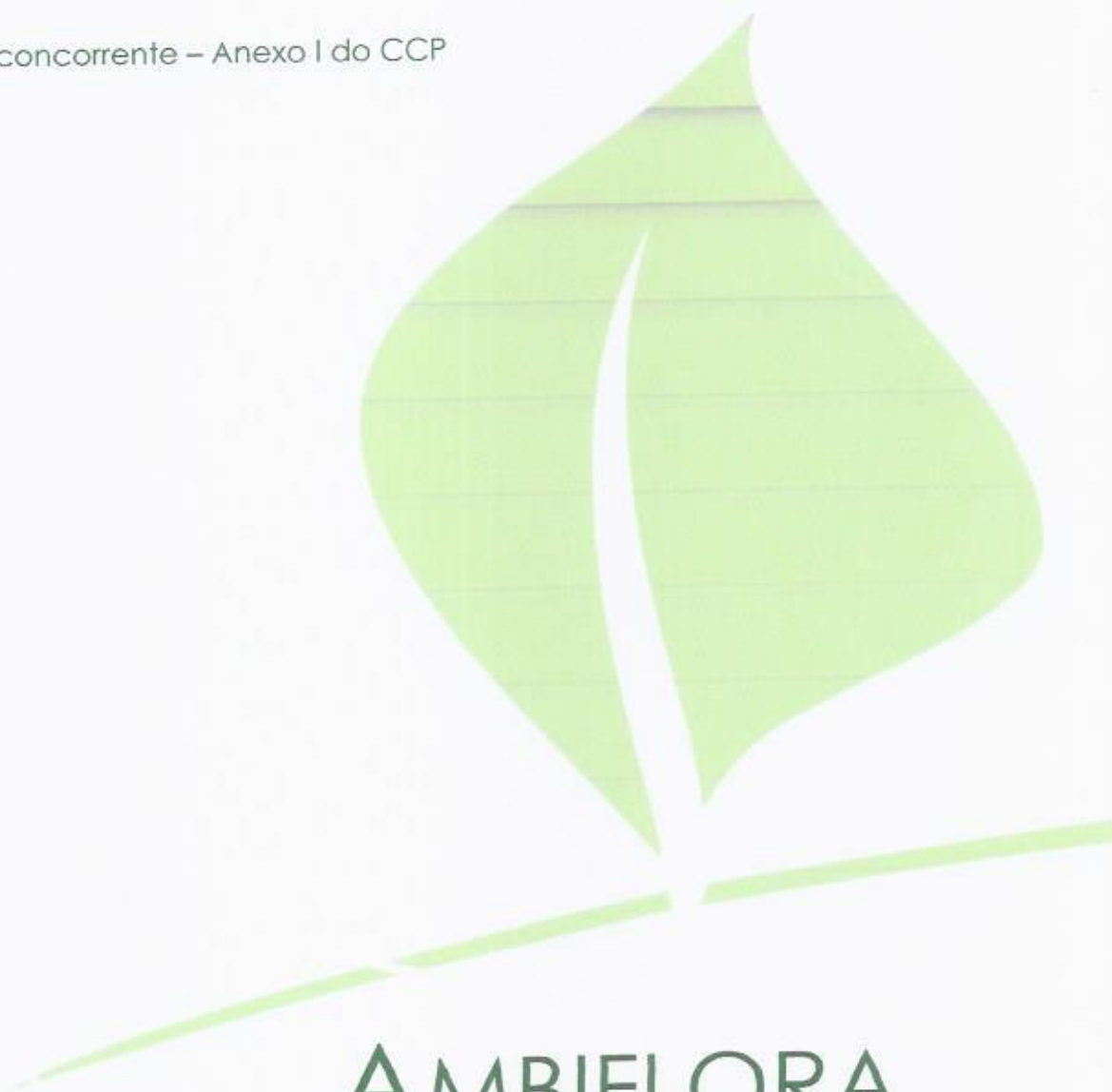
TEL/FAX: 253 628 364

TLM:966 494 676/966 492 489

# REDE VIÁRIA FLORESTAL DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA DE 1.º ORDEM

Declaração do concorrente – Anexo I do CCP

MARÇO DE 2017



## AMBIFLORA

SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL



### DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do nº1 do art.º 57º do CCP)

1 - Hélder Jorge Oliveira Ventura, titular do cartão do cidadão n.º 10651734, residente no Lugar Novo, Rua da Linha Férrea n.º 10 – 4700-711 Palmeira Braga, na qualidade de representante legal da **AMBIFLORA – Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda.**, titular do número de identificação fiscal nº **506 475 433**, com sede no Lugar Novo, Rua da Linha Férrea n.º 10 – 4700-711 Palmeira Braga, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Rede Viária Florestal de acesso a pontos de água de 1.ª ordem”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a. Proposta elaborada em conformidade com o anexo III deste programa de concurso;
- b. Nota justificativa do preço proposto;
- c. Preços parciais por classe de alvará e cópia de alvará;
- d. Programa de trabalhos, incluindo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra, plano de equipamentos, plano de pagamentos e respetivo cronograma financeiro;
- e. Memória justificativa e descritiva, com o modo de execução dos trabalhos, implementação de estaleiro, gestão de segurança, saúde e higiene no trabalho, gestão da qualidade e gestão ambiental;
- f. Lista de preços unitários de todas as espécies;
- g. Cópia de certidão permanente atualizada;

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.





- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:
- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
  - b. A gerência não foi condenada, por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
  - c. A gerência não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
  - d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
  - e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
  - f. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71º da Lei nº19/2012 de 8 de Maio, e do n.º1 do artigo 460º do Código do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
  - g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
  - h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
  - i. Não foi condenada por sentença transitada em julgado, nem foram condenados os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência por alguns dos seguintes crimes:
    - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
    - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;







- iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código de Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em



qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Braga, 9 de Março de 2017

O Gerente

**AMBIFLORA**  
Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal Lda.  
966 494 489  
(Hélder Jorge Oliveira Ventura)